rações comerciais além do embarque e desembarque de passageiros são isentos do imposto de tonelagem.

§ único. Mantém-se a isenção do imposto de tonelagem aos navios mencionados neste artigo, ainda que os passageiros em trânsito, ou que nêles embarquem, façam seguir para bordo pequenas quantidades de produtos regionais de peso não superior a 30 quilogramas por passageiro, ou mostruários importados temporariamente e pertencentes à sua bagagem.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 19 de Outubro de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Decreto n.º 28:096

Atendendo ao que expôs o governador da Guiné sobre a conveniência de serem promulgadas algumas disposições relativas aos serviços administrativos e respectivo pessoal;

Considerando que o aumento de despesa proveniente da execução dessas disposições tem cabimento na sobra resultante da entrada em vigor do decreto n.º 27:554, de 6 de Março do ano corrente, em relação à despesa prevista na tabela orçamental para o ano económico corrente;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português e, por motivo de urgência, nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Aos administradores de circunscrição de 1.ª e 2.ª classes do quadro administrativo da colónia da Guiné, fixado pelo artigo 5.º do decreto n.º 27:554, será abonada, transitòriamente, uma gratificação mensal que adicionada aos vencimentos que actualmente percebem perfaça os duodécimos correspondentes aos vencimentos totais anuais respectivamente de 33.000\$ e 30.000\$.

Art. 2.º É aumentado o quadro administrativo da colónia da Guiné com mais um secretário de circunscrição, que será distribuído à Repartição Central dos Serviços de Administração Civil.

Art. 3.º Na Secção Especial dos Negócios Indígenas, da Repartição Central dos Serviços de Administração Civil, prestará serviço um intérprete assalariado, com o vencimento mensal de 650\$.

Art. 4.º A Repartição Central de Instrução Pública passa a denominar-se Secção Especial de Instrução Pública e fica dependente da Repartição Central dos Serviços Administrativos.

Art. 5.º É eliminado, por desnecessário, o artigo 13.º do decreto n.º 27:554, passando os artigos 14.º e 15.º do mesmo decreto respectivamente a 13.º e 14.º

Art. 6.º Os encargos provenientes do cumprimento das disposições dos artigos 1.º, 2.º e 3.º do presente decreto terão como contrapartida a deminuição de despesa resultante da execução do decreto n.º 27:554 em relação àquela que foi prevista na tabela orçamental para o cor-

rente ano económico, na qual serão feitas as necessárias modificações.

Art. 7.º As gratificações atribuídas no artigo 1.º serão aditadas ao artigo 41.º do capítulo 4.º da tabela de despesas do orçamento vigente da colónia da Guiné.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia da Guiné.

Paços do Govêrno da República, 19 de Outubro de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Francisco José Vieira Machado*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos

Decreto n.º 28:097

Considerando que foi requerido por José Cândido Dias, concessionário da mina de volfrâmio denominada Adoria, situada na freguesia de Cerva, concelho de Ribeira de Pena, distrito de Vila Real, que a referida mina fôsse também considerada de estanho;

Visto o disposto no artigo 43.º do decreto-lei n.º 18:713, de 1 de Agosto de 1930;

Vista a consulta do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos n.º 179, de 23 de Agosto de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A mina de volfrâmio denominada Adoria, situada na freguesia de Cerva, concelho de Ribeira de Pena, distrito de Vila Real, será considerada de volfrâmio e estanho.

Art. 2.º Fica por esta forma alterada a classificação que se havia feito no alvará publicado no *Diário do Govêrno* de 2 de Dezembro de 1907.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 19 de Outubro de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Teotónio Pereira*.

Decreto n.º 28:098

Considerando que foi requerido por José Cândido Dias, concessionário da mina de volfrâmio denominada Monte de Entre Portelas, situada na freguesia de Cerva, concelho de Ribeira de Pena, distrito de Vila Real, que a referida mina fôsse também considerada de estanho;

Visto o disposto no artigo 43.º do decreto-lei n.º 18:713, de 1 de Agosto de 1930;

Vista a consulta do Conselho Superior de Minas e Serviços Geológicos n.º 178, de 23 de Agosto último;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A mina de volfrâmio denominada Monte de Entre Portelas, situada na freguesia de Cerva, concelho de Ribeira de Pena, distrito de Vila Real, será considerada de volfrâmio e estanho.

Art. 2.º Fica por esta forma alterada a classificação que se havia feito no alvará publicado no *Diário do Govêrno* de 6 de Dezembro de 1907.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 19 de Outubro de 1937. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Teotónio Pereira*.